

“O COLOCADOR DE PRONOMES”: MONTEIRO LOBATO E A QUESTÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA

Maria Inês Pagliarini COX

Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL/UFMT)

Criseida Rowena ZAMBOTTO DE LIMA

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL/UFMT)

RESUMO

Neste estudo focaliza-se a polémica sobre a independência linguística do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a partir de um conto de Monteiro Lobato, “O colocador de pronomes”, publicado em 1924. Com base em noções da Análise de Discurso, tais como propostas por Dominique Maingueneau, busca-se desenredar do conto, que funciona como uma espécie de arena, os embates entre o narrador, um separatista, e o protagonista, um legitimista, acerca das idiossincrasias brasileiras na colocação pronominal.

ABSTRACT

This study focuses the controversy over Brazil's linguistic independence, in the first decades of the twentieth century, from a short story written by Monteiro Lobato, “O colocador de pronomes”, published in 1924. Based on the notions of the Discourse Analysis, such as those proposed by Dominique Maingueneau, one seeks to unravel the short story, which works as a kind of arena, the conflicts between the narrator, a separatist, and the protagonist, a legitimist, about the Brazilian idiosyncrasies regarding pronoun placement.

PALAVRAS-CHAVE

A polémica sobre a independência linguística do Brasil. Conto de Monteiro Lobato. A questão pronominal.

KEYWORDS

Controversy over Brazil's linguistic independence. Monteiro Lobato short story. The pronoun issue.

Introdução

Se por “saber português” entendes conhecer por miúdo os bastidores da Gramática e a intrigalhada toda dos pronomes que vem antes ou depois, concordo com o que dizes na carta: um burro bem arreado de regras será eminente (LOBATO, [1944] 2010).

Neste estudo buscamos nos aproximar de posições ideológico-discursivas sobre a cogitada independência linguística do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a partir de um conto de Monteiro Lobato, “O colocador de Pronomes”, publicado em 1924. Em sua época, Lobato era uma figura controversa e a convivência com muitos dos modernistas, conflituosa, sobretudo depois da crítica corrosiva que fez da pintura de Anita Malfatti no artigo intitulado “Paranóia ou mistificação” (1917: 1), por ver nela novamente subserviência a tendências artísticas europeias, principalmente francesas: “Sejamos sinceros: futurismo, cubismo, impressionismo e *tutti quanti* não passam de outros ramos da arte caricatural”. Lobato ([1933] 2008: 17) reprovava o dualismo – “o espírito da literatura francesa e a língua portuguesa de Portugal” – que assombrava as Letras no Brasil e cobrava da vanguarda modernista uma forma de superar o servilismo aos modelos europeus. Se destoava do modernismo em alguns pontos, em outros, a exemplo da emancipação da variedade linguística brasileira em relação à norma lusa, afinava-se totalmente com o movimento. O escritor sempre lutou pela construção de uma identidade brasileira, ocupando a questão do idioma nacional o centro de suas preocupações.

Suas reflexões sobre as diferenças entre as normas linguísticas lusitana e brasileira revelam o quanto a questão da colocação pronominal o amolava. Obsessivamente voltava a esse tema para defender a existência de uma língua brasileira. Não estranhamos, pois, que essa obsessão tenha desembocado no conto “O colocador de pronomes”, chamado por Lobato também de “Conto Gramatical”. O conto narra a história tragicômica de Aldrovando Cantagalo, assim resumida pelo próprio escritor ([1924] 1981: 70): “Filho dum pronome impróprio, a má colocação doutro pronome lhe cortaria o fio da vida”.

Na leitura do conto, apoiando-nos na Análise de Discurso, vamos focalizar a desafinação entre a posição-sujeito assumida pelo narrador e pela personagem em relação ao discurso legitimista que abona as normas lusitanas de colocação pronominal.

A noção de interdiscurso, tal como proposta por Maingueneau (2005), nos parece fundamental. Ela é o centro de uma constelação em torno de que gravitam outras noções como a de heterogeneidade, interincompreensão, polêmica, tradução e simulacro. O linguista afirma o primado do interdiscurso como um princípio básico para estudar diferentes formações discursivas na interação que elas estabelecem umas com as outras num dado espaço discursivo perfilado pelo analista em função de seu objeto de estudo.

Nos limites de um espaço discursivo, o interdiscurso, como rede de interação semântica, significa, sobremaneira, interincompreensão. Enunciar a partir de um dado discurso significa, a um só tempo, compreender e reiterar seus enunciados e incompreender e recusar os enunciados do Outro, uma vez que “cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco” (MAINGUENEAU, 2005: 103). Essa grade é constituída por semas positivos, que são reivindicados, e por semas negativos, que são recusados. Assim, assumir uma dada posição discursiva significa necessariamente interpretar/traduzir os enunciados

do Outro por meio dos semas negativos, significa “não poder haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele” (MAINGUENEAU, 2005: 103).

Traduzir, aqui, não significa verter de uma língua a outra, ou de uma linguagem a outra, mas de uma formação discursiva a outra, pois, dentro de uma mesma língua, há zonas de interincompreensão recíproca. O linguista chama de discurso-agente aquele que realiza a tradução e de discurso-paciente aquele que é alvo da tradução. Isso quer dizer que um discurso não define apenas um universo de sentido próprio, ele “define igualmente seu modo de coexistência com os outros discursos” (MAINGUENEAU, 2005: 110).

Não devemos entender polêmica apenas como controvérsia explícita, como a que ocorre no conto aqui analisado, mas como “a dupla interincompreensão que atravessa o espaço discursivo”, “uma troca regrada [...] que cria situações irreversíveis, provoca múltiplos encadeamentos e enunciações novas” (2005: 111 e 112). Respondendo à crítica de que essa compreensão do conceito de polêmica poderia esvaziar o sentido do termo, Maingueneau propõe uma distinção entre um nível dialógico – o da interação/heterogeneidade constitutiva – e um nível polêmico – o da interação/heterogeneidade mostrada, mais e melhor dizendo, o da citação. Ao polemizar, ou seja, ao citar o discurso-paciente, mediante fragmentos textuais identificáveis, o enunciador não incorpora o real do discurso do Outro ao discurso do Mesmo; dele, efetivamente, só faz incorporar um simulacro.

1. O desencontro do português consigo mesmo: o caso da colocação pronominal

No estudo que apresenta a coletânea “O português brasileiro”¹,

¹ Nosso ponto de partida para este estudo foi a representativa e monumental coletânea “O português do Brasil”, organizada em dois volumes por Edith Pimentel: o volume I, publicado em 1978, compreendendo textos de 1820 a 1920, e o volume II, publicado em 1981, compreendendo textos de 1920 a 1945.

Pimentel (1978; 1981) identifica, no conjunto dos textos selecionados que vão de 1820 a 1945, duas posições interpretativas acerca do português falado no Brasil: a posição legitimista e a separatista, sendo que essa última pode ser mais radical (a diferença implica em uma língua outra) ou menos radical (a diferença implica em um novo dialeto ou em nova norma, mas não em uma nova língua).

De acordo com Albuquerque e Cox (1997: 45), as diferenças do português observadas no Brasil eram significadas, entre legitimistas, como “aniquilamento”, “retrocesso”, “desvio”, “deturpação”, “abastardamento”, “decadência”, “corrupção”, “empobrecimento”, “deformação”, “barbárie”, “crime contra o português”, e, entre os separatistas e dialetistas, como “progresso”, “evolução”, “florescência”, “melhoramento”, “aperfeiçoamento”, “enriquecimento”, “formação de uma nova língua”. Se, do lado da ortodoxia legitimista, o português mudar e se afastar do padrão europeu era um acontecimento avaliado negativamente, do lado dos separatistas, essa mudança tinha valor positivo, pois significava a eclosão de uma nova língua, norma ou dialeto, necessários para atingir a maioria cultural e completar o processo de independência política deflagrado em 1822.

Ao se encontrar com outras línguas na *terra brasilis*, o português principiava a desencontrar-se consigo mesmo e isso era percebido por aqueles que, de uma forma ou de outra, lidavam com as Letras. Dentre os traços que indiciavam esse desencontro da língua do colonizado com a língua do colonizador, alguns foram recorrentemente apontados como os neologismos, a colocação pronominal e a ortografia.

Dentre esses traços, a questão pronominal, sobretudo, a colocação dos pronomes oblíquos átonos, tendencialmente proclíticos entre os falantes brasileiros e enclíticos entre os portugueses, ganharia a cena do debate sobre a autonomia da língua no país. Ao observar a tenacidade com que “a preocupação locativa do pronome oblíquo” se fazia presente na história do pensamento linguístico brasileiro, Mário de Alencar,

em 1919, publicou, na *Revista da língua portuguesa*, um ensaio intitulado “Período pronominal”, período, segundo o autor, iniciado no último quartel do século XIX e ainda não encerrado à época da publicação do referido texto. Nesse longo intervalo temporal, a colocação dos pronomes oblíquos átonos conforme a ortodoxia gramatical portuguesa “assumiu aspecto de fetichismo”, “tornou-se fanatismo” e “chegou a ser uma obsessão”, nos termos de Alencar ([1919] 1978: 457). Segundo o autor, “o escritor que não quer ficar desmoralizado tem de aquilatar ali a sua linguagem. Do contrário, a uma penada de repórter, que lhe enxergue um pronomezinho fora do ponto, já ninguém lhe dá mais atenção e apreço” (ALENCAR, [1919] 1978: 457). A fúria dos caçadores de infrações à tabua das leis pronominais era tal que nada mais era levado em conta no julgamento da boa escrita.

Porém, essa posição subserviente ao dogmatismo gramatical lusitano foi combatida com ferocidade por aqueles que viam nas diferenças de colocação pronominal não um erro, mas uma peculiaridade de uso geral no português falado por brasileiros. A “intrigalhada” em torno dos pronomes não passou despercebida a Lobato ([1944] 2010) que era um defensor ferrenho da emancipação linguística brasileira. Incisivamente, lembrava que o público-leitor brasileiro era minguido porque não entendia o que os escritores diziam, uma vez que eles pensavam em francês e escreviam em português que não eram nem o modo de pensar e nem o modo de se expressar na língua do Brasil. Lobato ([1933] 2008: 124 e 125) lutava para apressar a chegada do tempo em que a literatura brasileira fosse pensada e escrita “em língua da terra, brasileiríssima”, pensada com “chapéu de palha” e escrita em “mangas de camisa”, à maneira de Cornélio Pires e Catulo, tornando-se, assim, palatável ao leitor comum e não apenas à elite letrada e educada à moda europeia.

Como observado anteriormente, a alteridade linguística do Brasil em relação à língua do reino era notada desde o século XIX, mas não havia acordo se se tratava de uma diferença dialetal ou sistêmica. O mais comum

era significá-la como “dialeto brasileiro”, “fala/falar brasileiro”, “linguajar brasileiro”, “variedade brasileira”, “regionalismo”, “provincianismo”, “brasileirismo”, admitindo o processo de transformação, mas não a ponto de legitimar sua classificação como uma língua independente. Porém, havia os mais radicais que imputavam a essas diferenças o *status* de uma nova língua, a exemplo de Salomé Queiroga ([1873]1978: 167 e 168) que afirmava: “Os literatos portugueses castiguem seus patrícios quando escrevem idioma brasileiro, mas por Deus, deixem-nos em paz falando *nossa língua que é brasileira*, não portuguesa”; “Escrevo em nosso idioma, que é *luso-bundo-guarani*”. Entre os separatistas mais severos estava Monteiro Lobato, para quem “A nova língua, filha da lusa, nasceu no dia em que Cabral pisou no Brasil. [...] é provável que o primeiro brasileirismo surgisse exatamente no dia 22 de abril de 1500 (LOBATO, [1922b] 1981: 58).

Escrevendo no início do Século XX, Lobato ([1922b] 1981: 58) via a diferenciação linguística entre Brasil e Portugal de um modo muito acentuado, a ponto de afirmar que “um jeca de São Paulo” e “um camponês do Minho” não mais podiam se entender, a despeito de supostamente falarem uma mesma língua. Destarte, o escritor defendia a existência de uma língua brasileira que nomeou de “*brasilina*”. A seu ver essa língua já existia na modalidade oral, mas não na escrita, pois os escritores continuavam prestando reverência às normas gramaticais codificadas a partir de clássicos da literatura portuguesa. A *brasilina*, no verbo de Lobato, haveria de se tornar uma língua escrita, gramatizada e dignificada pela literatura. O nome “*brasilina*” patenteava uma ruptura em relação ao processo dominante de significação que a nomeava como língua portuguesa, lembrando a nossa filiação ao discurso da colonização.

Para explicar o processo de mudança que vinha transformando o português na *brasilina*, Lobato recorre à teoria evolucionista, desenvolvida pela linguística histórica e comparada no século XIX, sob a inspiração do darwinismo. Essa teoria, dominada pela visão *genealógica*,

além de agrupar as línguas em famílias, deriva cada membro de uma fonte inicial. Assim, como o português nasceu de uma transformação do latim ao ser falado pelos bárbaros que viviam na península ibérica, a brasilina estava sendo forjada pelos bárbaros brasileiros, que o escritor chama de “arraia miúda”, “povinho humilde e sofredor das cidades”, “roceiros”, “patuleia urbana”, “jecas”, “poviléu”. São os bárbaros os responsáveis pela evolução linguística e não os acadêmicos, os letrados, “os magnatas cortesanesco que fazem roda de peru em torno da rainha metropolitana” ou aqueles que se limitavam a “bizantinar sobre verrugas da língua-mãe, mexericando com os clássicos, fossando como bécora pulverulentos alfarrábios reinóis” (LOBATO, [1922a] 1981: 55 e 56).

Contudo, à medida que amadurecia, o escritor se tornava menos radical na defesa da língua brasileira como um fato já consumado, passando a falar dela como em processo de formação: “Não temos ainda uma língua brasileira definitivamente formada. Temos, entretanto, uma língua em formação. O ‘brasileiro’ delinea-se, organiza-se, cria vocabulário, constitui-se. Está em plena evolução” (LOBATO, [1941] 1981: 75 e 76). O Brasil era uma nação jovem: quatrocentos anos de fundação e cem anos de alforria política não eram suficientes para completar o dissídio linguístico entre o colonizado e o colonizador. Porém, os sinais linguísticos desse desencontro se avolumavam de modo crescente e, certamente, apostava Lobato, chegaria o dia em que constituiriam uma nova língua, independente da portuguesa.

1.1 O uso dos pronomes por brasileiros: o desencontro com as prescrições gramaticais lusitanas

No conto estudado, os sinais linguísticos do desencontro entre as prescrições gramaticais lusitanas e os usos brasileiros envolvem questões pronominais. Porém, nem todos dizem respeito à colocação pronominal, como o título nos sugere. Nomeando o conto como “O colocador de

pronomes”, o escritor provavelmente desejou aludir à querela estrepitosa sobre o tema em sua época. Os usos pronominais em desacordo com as normas que são tematizados no conto emergem entre brasileiros comuns (um escrevente, um ferreiro de cascos de cavalo, um carroceiro e um tipógrafo) responsáveis, segundo Lobato pelas transformações que se operavam no português.

O primeiro caso trazido por Lobato é o do uso do *lhe* (tido como terceira pessoa) com valor de *te* (uma forma de segunda pessoa), comum no português brasileiro na modalidade oral coloquial, principalmente entre falantes de áreas dialetais nordestinas. Esse uso figura no “bilhetinho” que o pai de Aldrovando Cantagalo escrevera à sua amada Laurinha: *Anjo adorado! Amo-lhe!...?...* O emprego de *lhe* gerou o mal-entendido que acabou desembocando no casamento com Maria do Carmo, e não com Laurinha, e trazendo ao mundo o protagonista do conto. Intransigente com a observância do padrão gramatical lusitano de uso dos pronomes pessoais, o pai de Laurinha, coronel Triburtino, interpreta o *lhe* como referindo-se a uma terceira pessoa e não ao enunciatário, como um possível substituto de *te*. E arrematando sua ardilosa leitura do bilhete, como pai que engenha casar a filha encalhada, relembra “a lição de sua gramática matrimonial”: “Os pronomes, como sabe, são três: da primeira pessoa — quem fala, e neste caso vassuncê; da segunda pessoa — a quem se fala, e neste caso Laurinha; da terceira pessoa — de quem se fala, e neste caso Maria do Carmo, minha mulher ou a preta”.

Nas aulas de gramática que recebemos nos bancos escolares, aprendemos que *lhe* sempre funciona como objeto indireto (dativo), ou seja, é regido por verbos preposicionados por *a* e *para*. Porém, entre os que contestam o padrão gramatical português, é aceitável o funcionamento do *lhe* como objeto direto (acusativo), a exemplo do que ocorre no malfadado bilhetinho (amo-lhe). O filólogo Antenor Nascentes, enumerando uma extensa lista de escritores brasileiros da segunda metade do século XIX e primeira do século XX que empregaram

o *lhe* em função acusativa, defende a legitimidade desse uso contra “o espírito retrógrado e conservador” dos gramáticos que a ele se opõe:

Até hoje os gramáticos se têm recusado a admitir este fato da língua. A quem conhece a mentalidade retrógrada e ultraconservadora dos gramáticos o fato não parece estranho. Os que, respeitando embora os ditames razoáveis da gramática, olham para a evolução natural da língua e aceitam os fatos consumados contra os quais é inútil lutar, pensam de outro modo e admitem *lhe* como objeto direto (NASCENTES, 1960: 447).

Sobre o uso de *lhe* em função acusativa, Nascentes (1960) observa ainda que ele é bastante comum no *diálogo* e refere-se sempre a *pessoas*, nunca a seres inanimados, o que explica sua presença no bilhete que dá origem à trágica história de Aldrovando. Afinal, um bilhete é um diálogo mediado pela escrita e o *lhe*, que segue o verbo transitivo direto *amar* (*amo-lhe*), refere-se à interlocutora Laurinha. Lobato, que era um separatista patrocinador da brasilina, põe o autor do bilhete empregando o *lhe* como um índice de 2ª. pessoa em função de acusativo, mas o coronel Triburtino, legitimista e guardião da tradição gramatical portuguesa, o interpreta como um pronome de 3ª. pessoa.

Segundo Bagno (2011: 765), na língua falada, “o *lhe* jamais se refere a *ele* ou a *ela* – ou seja, nunca é pronome –, mas única e exclusivamente a *você/tu*, - ou seja, é um índice de pessoa que o falante usa para designar seu interlocutor: é um elemento *dêitico* e não *anafórico*². O *lhe* vale o mesmo

² Marcos Bagno (2011), na Gramática Pedagógica do Português Brasileiro, opta por tratar do pronome não como uma classe de palavra, mas como uma função. Por essa via, os chamados pronomes pessoais (1ª, 2ª. e 3ª. pessoas) não são vistos como pertencendo a um mesmo paradigma lexicogramatical. Enquanto a 3ª. pessoa (também considerada uma não-pessoa) exerce a função da retomada anafórica de algo dito/nomeado anteriormente num dado enunciado, a 1ª. e 2ª. referem-se aos participantes efetivos da enunciação e à instância discursiva. Ao invés de pronomes pessoais, Bagno, acompanhando Benveniste, chama a 1ª. e 2ª. de “índices de pessoas”. Apenas à 3ª. pessoa cabe a classificação como pronome.

que o *te*, de uso mais difundido no português brasileiro”. E com valor de *te*, reafirmando a tese de Nascentes, o *lhe* pode funcionar como dativo e acusativo. Portanto, nada havia de errado com o bilhete para gerar a leitura tendenciosa do coronel, a não ser sua má intenção.

O segundo caso tematizado por Lobato em seu conto é o do *se* classificado com pronome apassivador pela tradição gramatical portuguesa. Trata-se da chamada passiva sintética. Aparece no momento em que Aldrovando, diante do fracasso da “Agência de Colocação de Pronomes e Reparos Estilísticos”, decidiu, tal um missionário, andar pelas ruas de Itaoca à caça de erros gramaticais em tabuletas, oferecendo-se para saná-los, mesmo que para isso tivesse que remunerar o dono do estabelecimento e não receber pelo serviço prestado.

Numa de suas missões, topou com a “asnidade” do ferreiro da esquina em cuja tabuleta se podia ler o comunicado: “Ferra-se cavalos” que “escoicinhava a santa gramática”. Aldrovando propôs ao ferreiro a correção do comunicado, evocando a norma gramatical: “O *ferra-se* tem que cair no plural, pois que a forma é passiva e o sujeito é cavalos. [...] O sujeito sendo cavalos, continuou o mestre, a forma verbal é *ferram-se* — *ferram-se cavalos!*”. O ferreiro dava mostras de não entender patavina da explicação gramatical dada pelo professor, mas ao ouvir que o sujeito era *plural* não se conteve: “V. Sa. me perdoe, mas o sujeito que ferra os cavalos sou *eu*, e eu não sou plural. Aquele *se* da tabuleta refere-se cá a este seu criado. É como quem diz: Serafim ferra cavalos — Ferra Serafim cavalos. Para economizar tinta e tábua abreviaram o meu nome, e ficou como está: Ferra Se(rafim) cavalos.” Por mais anedótica que pareça a explicação dada por Serafim para o *se* do comunicado “ferra-se cavalos”, ele tem razão em dizer que esse *se* é o sujeito da ação de ferrar. Trata-se de uma frase de voz ativa e não passiva como tem insistido a tradição gramatical portuguesa. Nesse segundo caso, o legitimista Aldrovando se bate com um reles representante da patuleia urbana a quem Lobato atribuía a evolução da língua.

Há mais de 100 anos, estudiosos do português brasileiro vêm afirmando que o chamado pronome apassivador *se* (formador de passivas sintéticas) é efetivamente um sujeito indeterminado, disso decorrendo o uso do verbo no singular, a despeito de o objeto direto estar no plural. Na abordagem da passiva sintética, Marta Scherre (2005: 80) resenha os trabalhos de Antenor Nascentes, Said Ali e Mattoso Câmara, todos eles vendo nela “uma estrutura ativa com sujeito indeterminado, semelhante a outras estruturas irmãs do tipo: *No Brasil, precisa-se urgentemente de reforma agrária* e *Vive-se bem nesta terra*”. O funcionamento do verbo transitivo direto, seguido de *se* não reflexivo, seria homólogo ao do verbo transitivo indireto ou intransitivo.

Antenor Nascentes (1938, *apud* SCHERRE, 2005: 80) afirma que as chamadas passivas sintéticas contraditoriamente têm sentido ativo. Por exemplo, na oração *Vendem-se casas*, “A ideia é que alguém que não se sabe quem seja, *vende casas* e não que *casas sejam vendidas por alguém*. A prova é que na linguagem vulgar o verbo vai para o singular”. A forma *Vende-se casas* é bem mais produtiva no português brasileiro do que *VendeM-se casas*.

Para Said Ali (1957, *apud* SCHERRE, 2005: 80 e 81), “[...] emerge entre as dúvidas, esta verdade incontestável: em *Compra-se palácio* e *Morre-se de fome*, o pronome *se* sugere, na consciência de todo mundo, a ideia de alguém que compra, de alguém que morre, mas que não conhecemos ou não queremos nomear”.

Já Mattoso Câmara (1976, *apud* SCHERRE, 2005: 81) diz que, na linguagem coloquial, tanto no Brasil como em Portugal, a tendência é de se usar “um verbo no singular, para designar uma atividade sem ponto específico de partida, ou sujeito, mas com um ponto de chegada, ou objeto: *já se escreveu muitas cartas*, *vê-se ao longo nuvens ameaçadoras*, etc.”.

Contemporaneamente, Bagno (2011: 807) ratifica peremptoriamente a tese dos estudiosos anteriores e de inúmeras pesquisas linguísticas científicas já realizadas:

Todos os estudos científicos empreendidos em torno deste tema, de Said Ali até hoje, têm se empenhado em demonstrar a urgente necessidade de interpretar o *se* nessas orações como um recurso de que a língua dispõe para indicar a *indeterminação do sujeito*. A nomenclatura que ainda usa conceitos como “se apassivador”, “passiva sintética” e “passiva pronominal” é inteiramente descabida e tem de ser abandonada de uma vez por todas, junto com a concordância bizarra que ela implica.

De acordo com Bagno (2000), essa tendência não é exclusiva do português brasileiro, assim como a releitura que dela tem sido feita por inúmeros linguistas e sociolinguistas. O autor relata sua presença no espanhol falado na América Latina, citando a conclusão a que Moliner chegou, depois de estudar o fenômeno em pauta: “No hay, pues, más remedio que assignar a ‘se’ el *papel de sujeto*; de pronombre indeterminado em *función de sujeto*” (MOLINER, 1988, *apud* BAGNO, 2000: 228, grifos do autor). Ademais, inúmeros estudos diacrônicos e sincrônicos, resenhados por Scherre (2005), revelam que esse fenômeno não é um brasileirismo, pois é encontrado com frequência em inúmeros jornais portugueses, assim como não é contemporâneo, pois está presente até mesmo nos Lusíadas: “E como por toda África *se soa*, Lhe diz, *os grandes feitos* que fizeram” (CAMÕES, *apud* SCHERRE, 2005: 85, grifos da autora).

Os dois últimos casos tematizados por Lobato são efetivamente casos de colocação pronominal. O terceiro deles figura na fala dos dois “brutamontes” que entregaram a primeira carroçada de livros na casa de Aldrovando. Concluída a tarefa de descarregá-los e empilhá-los, um deles solicitou: “Me dá um mata-bicho, patrão!...”, usando uma próclise em início de período abominada pelos legitimistas de plantão.

No português brasileiro, a próclise é a posição francamente favorita. Essa preferência, notada desde o século XIX, era justificada mediante explicações diversas, segundo Alencar ([1919] 1978). Seria fruto de *arcaísmo*, uma vez que o português teria se mantido inalterado na colônia e se transformado na metrópole nos séculos seguintes. Defensores dessa tese costumavam apresentar um rol de exemplos de escritores portugueses, como Gil Vicente e Camões, com pronomes colocados na oração de modo similar ao brasileiro. Outra forma de explicar a colocação pronominal à brasileira era o *acastelhanamento* do português na América em virtude da vizinhança com a colônia espanhola. Dizia Alencar ([1919] 1978: 463): “Em Portugal diz-se: *Dás-me isso?* E não *Me dá isso?* como no Brasil, à maneira do castelhano: *Me das eso?*”. Contudo, a explicação que lhe soava mais plausível era a proposta por Said Ali, segundo a qual a colocação dos pronomes se definiria pela prosódia e não pela sintaxe: “O que em Portugal é raro em virtude da fonética de lá, é entre nós comuníssimo em consequência da nossa pronúncia” (SAID ALI, *apud* ALENCAR, [1919] 1978: 464).

Complementando a hipótese prosódica de Said Ali, o autor menciona também Silva Ramos que vê a diferença de colocação dos pronomes oblíquos como possível reflexo da diferença de tonicidade: seriam partículas efetivamente átonas no português europeu, mas tônicas no português brasileiro (SILVA RAMOS, *apud* ALENCAR, [1919] 1978: 464).

O próprio Lobato (1941) improvisa uma explicação (imputada a João Ribeiro) para a tendência brasileira à próclise, associando-a à economia açucareira e à sociedade patriarcal dividida em duas classes: mandantes (senhores de engenho) e mandados (escravos). Adaptada a essa estrutura socioeconômica, a língua portuguesa ia se transformando. De acordo com Lobato (1941: 77), “João Ribeiro explicava dessa maneira a colocação do pronome oblíquo no início das frases. É, incontestavelmente, muito mais dócil e consentâneo com a situação de escravo dizer ‘me dê isto’ do que

dizer ‘dê-me isto’.” Para se fazer entender pelo escravo, o senhor tinha de usar a linguagem que ele usava e “a repetição do fato se tornaria, com o correr dos tempos, um hábito de vastas consequências”. É impossível não nos lembrarmos do poeminha “Pronominais” de Oswald de Andrade: “Dê-me um cigarro/ diz a gramática/ do bom professor e do aluno/ e do mulato sabido/mas o bom negro e bom branco/ da nação brasileira/ dizem todos os dias/ deixa disso camarada/me dá um cigarro.”

Contemporaneamente, Galves e Abaurre (1996), Perini (2010) e Bagno (2011), embasados em resultados de pesquisas linguísticas, concluem haver uma única norma de colocação dos pronomes oblíquos no português brasileiro: próclise ao verbo principal.

Trata-se, o quarto caso, de fatídica ênclise na dedicatória a Fr. Luís de Sousa, resultante do embaralhamento dos tipos pelo tipógrafo, ênclise que pôs fim à vida e à história de Aldrovando. O texto original era: “À memória daquele que *me* sabe as dores”, escrito segundo a tradição gramatical portuguesa que normatiza o uso da próclise se o verbo vier logo após um pronome relativo (que). Ao abrir o primeiro exemplar, a ser enviado a Rui Barbosa, para lançar a dedicatória, o autor Aldrovando se depara com o erro: “daquele QUE SABE-ME as dores”. Provavelmente, o tipógrafo tenha aprendido “bem demais” as lições anti-próclise incutidas nas mentes dos falantes de português brasileiro pelos depositários da tradição gramatical portuguesa, a ponto de hipercorrigi-la.

Em todos os casos, o desvelo legitimista com o uso dos pronomes em conformidade com as normas lusitanas redundava em fiasco, castigado por uma espécie de humor aziago, satírico, que, apostando na mudança, ataca as convenções e faz do riso a sua principal estratégia.

1.2 Diferenças brasilinas no uso dos pronomes: evolução ou corrupção?

Para analisar o conjunto das formulações de Lobato sobre a língua brasileira no conto aqui estudado, vamos considerar, com Brandão (1994: 130), que “a polêmica se instala quando há coexistência, num mesmo espaço discursivo, de dois polos em torno dos quais se estruturam formações discursivas oponentes”.

Nesse sentido, o texto “O colocador de pronomes” é exemplar, pois, enquanto o protagonista Aldrovando Cantagalo é posto, pelo escritor, a assumir a posição-sujeito conservadora, tradicional, colonialista e legitimista relativamente ao padrão gramatical lusitano, o narrador assume a posição-sujeito liberal, inovadora, anticolonialista e separatista. A partir dessas posições, narrador e protagonista só fazem produzir simulacros um do discurso do outro.

Estamos diante de um narrador onisciente que tudo sabe acerca dos personagens e do enredo, uma espécie de Deus que, de fora e de cima, tem o poder de controlar o curso da narrativa. Ele expõe aos olhos do leitor um protagonista risível – o professor Aldrovando que é uma caricatura, carregada nas tintas, do homem de Letras, contemporâneo de Lobato, defensor da posição legitimista. É principalmente pela linguagem que o narrador, como um duplo do próprio escritor, caracteriza a personagem central, fazendo dela um concentrado de toda a gramatiquice e preciosismo vocabular que o escritor obstinadamente combatia. O efeito caricatural e cômico é garantido pelo exagero no uso de palavras rebuscadas e desusadas e pela ordem inversa dos constituintes das frases, como se pode ler no expediente que envia ao congresso, “concitando os pais da pátria à criação dum Santo Ofício Gramatical”. Diz o expediente: “— Leis, senhores, leis de Drácão, que diques sejam, e fossados, e alcáçares de granito prepostos à defesa do idioma. Mister sendo, a força se restaure, que mais o barão merece quem conspurca o sacro patrimônio da sã vernaculidade, que quem ao semelhante a vida

tira.” Em contraste com o empolamento verbal e a eloquência vazia do protagonista, a linguagem do narrador é mais simples, comum, direta, a menos que esteja a ironizar, em sua formulação, o estilo sinuoso de Aldrovando.

Em cada formulação de “O colocador de pronomes”, é possível observar o embate entre legitimistas e separatistas acerca da alteridade linguística brasileira relativamente a Portugal, mas sempre sob a batuta de um maestro separatista. É ele quem dá o tom.

O Aldrovando de Lobato não é um legitimista qualquer; ele é a sua quintessência. Para ele a culminância da língua portuguesa fora atingida com Fr. Luís de Sousa e deveria ser preservada a qualquer custo, até mesmo do patíbulo. Assumindo essa posição, não aceita as mudanças em curso no português brasileiro como normais. Nesse sentido, o protagonista atualiza de modo impecável enunciados do discurso legitimista como: *o padrão gramatical lusitano* é imutável, daí decorrendo a referência aos usos brasileiros que o infringem como uma *não-língua*, nomeada no curso da narrativa, por meio de termos que portam o sentido de *desordem, confusão, ignorância*, como “ingranzéu barbaresco”, “ingresia”, “garabulha bordalenga”, “asnidade”, “dislate”; de *sujeira*, como “espurcícia negral”, “podriqueira”; de *deterioração física* ou *adoecimento*, como “gafa ou gafaria” (lepra, sarna), “a grande enferma”, “cadáver em putrefação”; de *deterioração moral* ou *religiosa*, como “monstro da corrupção”, “chafurdeiro da corrupção”, “vícios de língua”, “época de ouro da corrupção”, “eiva grave”, “Gomorra! Sodoma!”; de *erros gramaticais*, como “solecismo”, “horrenda cinca”; de *descuido estético*, como “desprimor”, “mau gosto”. Assim, os usos outros do português que se ouvem/escrevem na terra de Vera Cruz significam a conspurcação da língua, a ponto de fazer do povo brasileiro, um “povo sem língua”, reafirmando o enunciado legitimista *um povo/uma língua*, essa sendo significada como única, homogênea, invariável e eterna. Assim, *tem* língua quem usa o padrão lusitano; qualquer usuário de português que desafine em relação a esse padrão

culto, civilizado, é um “sem língua”, é um bárbaro (no sentido original da palavra). Em contraste com as designações negativas usadas para se referir à alteridade do português brasileiro, o protagonista sempre se refere à língua lusa, supostamente genuína, mediante termos positivos como “tabu sagrado”, “divino idioma”, “as boas letras d’antanho”, “lei suma”, “nível cisne”, “sacro patrimônio de sã vernaculidade”, “dizer castiço”, “estreme vernáculo”, “lídimo vernáculo”, “asseio gramatical”, “sã gramaticalidade”, “lusitanidade” etc, o conjunto deles portando semas de pureza, autenticidade, legitimidade, inviolabilidade, superioridade etc.

Enquanto o protagonista, como um sujeito que fala interpelado por uma formação discursiva legitimista, *incompreende* a alteridade linguística brasileira, interpretando-a por meio de simulacros, o narrador, como um sujeito que fala interpelado pela formação discursiva separatista, a vê como algo natural, a vê como *o que é*, dispensando *o dever-ser* do padrão gramatical lusitano, esse sim *incompreendido* e traduzido negativamente. Ao se referir ao pendor de Aldrovando para o estudo da gramática como “o latejar do furúnculo filológico” ou como “[o coçar da] sua incurável sarna filológica”, o narrador interpreta/traduz mediante simulacros semas positivos do discurso legitimista. No recorte a seguir (F1), podemos acompanhar o narrador, vestindo a farda separatista, *incompreender* a tese legitimista da decadência da língua lusa.

Formulação 1 (F1)

01	Passou esse período de vida alternando revisão de provas com padecimentos renais. Venceu. O livro compôs-se, magnificamente revisto, primoroso na linguagem como não existia igual. Dedicou-o a Fr. Luís de Sousa: <i>À memória daquele que me sabe as dores – O Autor.</i>
02	Mas não quis o destino que o já trêmulo Aldrovando colhesse os frutos de sua obra. Filho dum pronome impróprio, a má colocação doutro pronome lhe cortaria o fio da vida. Muito corretamente havia ele escrito na dedicatória: ...<i>daquele que me sabe...</i> e nem poderia escrever doutro modo um tão conspícuo colocador de pronomes. Maus fados intervieram, porém – até os fados conspiram contra a língua! – e por artimanha do diabo que os rege empastelou-se na oficina esta frase. Vai o tipógrafo e recompõe-na a seu modo ... <i>daquele que sabe-me as dores...</i> E assim saiu nos milheiros de cópias da avultada edição. Mas não antecipemos.
03	Pronta a obra e paga, ia Aldrovando recebê-la, enfim. Que glória! Construíra, finalmente, o pedestal da sua própria imortalidade, ao lado direito dos sumos cultores da língua.
04	A grande ideia do livro, exposta no capítulo VI – Do método automático de bem colocar os pronomes – engenhosa aplicação duma regra mirífica por meio da qual até os burros de carroça poderiam zurrar com gramática, operaria como o “914^o da sintaxe, limpando-a da avariose produzida pelo espiroqueta do pronomococus. A excelência dessa regra estava em possuir equivalentes químicos de uso na farmacopéia alopata, de modo que a um bom laboratório fácil lhe seria reduzi-la a ampolas para injeções hipodérmicas, ou a pílulas, pós ou poções para uso interno. E quem se injetasse ou engolissem uma pílula do futuro PRONOMINAL CANTAGALO, curar-se-ia para sempre do vício, colocando os pronomes instintivamente bem, tanto no falar como no escrever. Para algum caso de pronomorreia aguda, evidentemente incurável, haveria o recurso do PRONOMINOL n.º 3, onde entrava a estricnina em dose suficiente para liberar o mundo do infame sujeito.

05	Que glória! Aldrovando prelibava essas delícias todas quando lhe entrou casa a dentro a primeira carroçada de livros. Dois brutamontes de mangas arregaçadas empilharam-nos pelos cantos, em rumas que lá se iam; e concluso o serviço um deles pediu: – Me dá um mata-bicho, patrão! Aldrovando severizou o semblante ao ouvir aquele “Me” tão fora dos mancais, e tomando um exemplo da obra ofertou-a ao “doente”. – Toma lá. O mau bicho que tens no sangue correrá asinha às mãos deste vermífugo. Recomendo-te a leitura do capítulo sexto. O carroceiro não se fez rogar; saiu com o livro, dizendo ao companheiro: – Isto no “sebo” sempre renderá cinco tostões. Já serve!...
06	Mal se sumiram, Aldrovando abancou-se à velha mesinha de trabalho e deu começo à tarefa de lançar dedicatórias num certo número de exemplares destinados à crítica. Abriu o primeiro, e estava já a escrever o nome de Rui Barbosa quando seus olhos deram com a horrenda cinca: <i>“daquele QUE SABE-ME as dores”.</i> – Deus do céu! Será possível? Era possível. Era fato. Naquele, como em todos os exemplares da edição, lá estava, no hediondo relevo da dedicatória a Fr. Luís de Sousa, o horripilantíssimo – “que SABE-ME”... Aldrovando não murmurou palavra. De olhos muito abertos, no rosto uma estranha marca de dor – dor gramatical inda não descrita nos livros de patologia – permaneceu imóvel uns momentos. Depois empalideceu. Levou as mãos ao abdômen e estorceu-se nas garras de repentina e violentíssima dor. Ergueu os olhos para Fr. Luís de Sousa e murmurou: – <i>Luís! Luís! Lamma Sabachtani?!</i> E morreu.
07	De que não sabemos – nem importa ao caso. O que importa é proclamarmos aos quatro ventos que com Aldrovando morreu o primeiro santo da gramática, o mártir número um da Colocação dos Pronomes. Paz à sua alma. (O colocador de pronomes, [1924] 1981: 70-72)

Em princípio (01), ao descrever o desvelo de Aldrovando para com a sua própria obra, o narrador parece compreender e até mesmo comungar do ideal de correção gramatical característico do legitimista, sendo solidário no seu esforço para vencer a empreitada, em meio ao padecimento físico que o atormentava e consumia sua vida. Por instantes, o narrador nos faz pensar que está do lado do protagonista e com ele se identifica.

Contudo, já no trecho seguinte (02), deparamo-nos com um primeiro movimento de desidentificação do narrador em relação a ele, introduzido pelo conector adversativo “mas”, por meio de que conta o episódio do empastelamento dos tipos da dedicatória pelo tipógrafo que, na arrumação, transformou, sem que o autor tomasse conhecimento, a próclise obrigatória acarretada pela antecedência do relativo “que” – *daquele que me sabe as dores* – em uma ênclise errada aos olhos de um legitimista – *daquele que sabe-me as dores*. Quer dizer, a obra tinha tudo para ser um sucesso, mas o destino, os “maus fados” e “o diabo” não quiseram que fosse assim. Com isso, o narrador põe o leitor a rir do acontecimento tragicômico que selaria a vida de Aldrovando, antes mesmo que ele viesse a saber do acontecido na fase de composição e impressão do texto na gráfica.

Em 03, diante de um leitor a quem já antecipou a tragédia a ser vivida por Aldrovando quando descobrisse o erro de colocação pronominal logo na dedicatória a Fr. Luís de Sousa, o narrador, por meio de fina ironia, antecipa os louros (“glória”, “imortalidade”) a serem usufruídos pelo protagonista com o sucesso da obra finalmente publicada. O efeito irônico é produzido pelo descompasso entre o que o leitor já sabe e o que o protagonista ainda não sabe sobre o empastelamento dos tipos na oficina de composição e impressão do livro. O flagrante de um erro de colocação pronominal por um “sumo cultor” da língua lusa em uma obra intitulada *Do pronome se* seria motivo de danação e não de sucesso. Daí o trecho 03, adiantando o sucesso da empreitada de Aldrovando,

soar como ironia. O narrador parece querer nos lembrar de que quanto mais alto o pedestal da fama, maior é tombo.

Da ironia sutil, o narrador passa, em 04, para o tropo zombeteiro, ridicularizando o protagonista por meio de termos que parodiam a terminologia médica. Indubitavelmente, o tropo zombeteiro é a ironia em estado hiperbólico. Zombando, pois, dos legitimistas que falam, de modo circunspecto, das variações/mudanças do português no Brasil como uma doença da língua lusa, o narrador carrega nas tintas da metáfora médica para produzir um efeito de caricatura. O “método automático de bem colocar os pronomes”, exposto no capítulo VI, como a solução do problema até mesmo para “os burros de carroça”, consistia numa “regra mirífica”, referida jocosamente como o “914 da sintaxe”. Esse numeral cardinal refere-se ao Elixir 914, produzido pelo Laboratório Simões, a partir da combinação de extratos fitoterápicos da flora brasileira, possuindo ação depurativa, expectorante e tônica. Enquanto o Elixir 914 tinha o poder de depurar o sangue de quem o ingerisse, o “914 da sintaxe”, ou seja, a regra prodigiosa de colocar pronomes criada por Aldrovando teria o poder de depurar a língua da “avariose produzida pelo espiroqueta do pronomococus”. Nesse trecho, mais três termos aludem ao jargão da medicina: “avariose” que é uma outra designação para a sífilis; “espiroqueta” que designa um tipo específico de bactéria em forma helicoidal e o neologismo “pronomococus” que é, certamente, uma alusão paródica a *Pneumococcus*, uma espécie de bactéria pertencente ao gênero *Streptococcus*, causadora de pneumonia, meningite e outras doenças infecciosas. Trata-se, pois, de uma junção aleatória e exagerada de termos médicos para produzir o efeito de humor. Não há lógica (ou há uma lógica do absurdo) nas relações de causa e efeito que o narrador estabelece entre esses termos, pois a avariose (sífilis) é produzida não por *Pneumococcus*, (muito menos pelo *pronomococus* que é uma invenção morfológica de Lobato), mas por *Treponema pallidum*. Porém, a sífilis da língua (quer dizer, a má colocação pronominal) é produzida pelo

pronomococus e pode ser depurada do sangue dos falantes de português pelo “914 da sintaxe”, a regra redentora de colocação de pronomes.

Persistindo no tom médico-burlesco, o narrador afirma que o genial da regra de colocação pronominal inventada por Aldrovando é que ela pode também ser transformada pela farmacopeia alopata em “ampolas para injeções hipodérmicas, ou pílulas, pós ou poções para uso interno”. Na sua imaginação chistosa, o escritor/narrador inventa o PRONOMINAL CANTAGALO, uma pílula que leva o nome do professor e cuja ingestão curaria para sempre os falantes de português dos vícios de colocação pronominal tanto na fala quanto na escrita, bem como o PRONOMINOL n.º 3, contendo estricnina, a ser usado em caso de “pronomorreia” incurável para “liberar o mundo do infame sujeito”. Recorrendo a estes termos – *pronomococus*, *pronominal Cantagalo*, *prominol n.º 3* e *pronomorreia* – que decalcam a terminologia médica, o narrador ridiculariza o protagonista, tornando-o caricato e risível na sua ideia fixa de sanear a língua de uma de suas enfermidades – a deficiência na colocação dos pronomes. O termo *pronomorreia* parece ser um pastiche de *gonorreia* que, como *avariose*, nos remete ao discurso da prostituição e da promiscuidade sexual, uma forma grotesca e caricata de o narrador se referir ao modo como o protagonista significa a desobediência às regras de colocação pronominal. É pela exageração que o narrador converte em pilhéria o tom grave da tradução realizada pelo protagonista, por meio de termos médicos, das diferenças que se operavam no português brasileiro.

A metáfora médica continua a ser explorada no trecho 05, momento em que Aldrovando recebe em sua casa a primeira carroçada de exemplares da obra pronta, entregues por dois brutamontes que, ao concluírem a tarefa, lhe pedem uma gorjeta para um trago de pinga: “Me dá um mata-bicho, patrão!”, assim mesmo, com o “Me” em início de período, lance imperdível para a atuação do especialista em “pronomorreia”. O protagonista recusa-se a dar a gorjeta (o “mata-bicho”), mas presenteia o

“doente” da língua com um dos exemplares de sua obra, recomendando a leitura do capítulo VI. Na boca de Aldrovando, o “mata-bicho” vira o “mau bicho” a ser posto para correr do sangue do brutamonte pela ação da leitura da obra, aqui comparada a um “vermífugo”. Indiferente ao tratamento que lhe fora dispensado pelo professor, o carroceiro aceita o livro, imaginando convertê-lo em “cinco tostões” no sebo, com o que poderia pagar a dose de pinga. Essa personagem secundária é um representante do vulgo que, segundo Lobato, alheio e imune à pregação gramatical legitimista, maneja o machado do bárbaro, transformando a língua lusa em brasilina.

Finalmente (06), é chegado o momento de Aldrovando gozar da fama que sua obra prometia, endereçando-a a pessoas notáveis do mundo das Letras, a exemplo de Rui Barbosa. Porém, ao abrir o primeiro exemplar, depara-se com a “horrenda cinca” logo na dedicatória que abria o livro e homenageava Fr. Luís de Sousa, tido como modelo de perfeição gramatical lusitana. Abala-se, duvida e renega o que vê, mas o fato é que o “horripilantíssimo – ‘que SABE-ME’...”, com “me” usado enclítica e não procliticamente, desrespeitando a regra de atração do pronome oblíquo átono pelo pronome relativo ‘que’, não só maculava a dedicatória, mas também punha em descrédito a obra inteira e o infalível método de colocação pronominal. Nem na agonia de morte de seu protagonista, o narrador perde a chance de castigá-lo zombeteiramente, descrevendo sua dor como uma “dor gramatical inda não descrita nos livros de patologia”. Nos seus momentos finais, Aldrovando repete as palavras que Jesus, segundo o Evangelho de São Mateus (27:46), teria pronunciado na hora de sua morte: *Eli! Eli! Lamma Sabachtani?!* (Deus meu, Deus meu, por que me abonastes?). Porém, ao invés de invocar Deus (Eli), é a Luís, o deus da correção gramatical e da plenitude da língua lusa, que ele suplica: – *Luís! Luis! Lamma Sabachtani?!*

No desfecho do conto (07), a metáfora médica é substituída pela metáfora religiosa, afinal, como diz o ditado popular, “basta morrer

para virar santo”. Sem abandonar o tropo zombeteiro, o narrador eleva o protagonista à condição de “primeiro santo da gramática” e “mártir número um da Colocação dos Pronomes”. “Mártir”, em sentido político ou religioso, é aquele que morre por uma causa, por uma ideologia. Assim, foi com Aldrovando que, lutando pelo purismo da língua lusa e pela correção gramatical, morreu vítima daquilo que combatia bravamente – o desrespeito às regras de colocação pronominal. Afinal, nenhum legitimista seu contemporâneo entenderia que aquele “me”, mal colocado na dedicatória, era obra do ignorante tipógrafo e não do ilustre autor do livro. Assim, rindo da sisudez de seu azarado protagonista, o narrador/escritor veicula sua crença na impossibilidade de leis e regras gramaticais impedirem que línguas vivas variem e mudem na boca do populacho, até se fazerem outras.

Poderíamos dizer que o conto aqui analisado é uma espécie de microcosmo do mundo das Letras na São Paulo das primeiras décadas do século XX, com sua ruidosa polêmica acerca da formação de uma língua outra – brasileira – que selaria, finalmente, o processo de emancipação política, cultural e linguística do país, iniciado com o gesto da Independência. Lobato participou ativamente dessa polêmica, combatendo, como separatista que era, a posição legitimista favorável à manutenção do português fixado nos moldes do padrão lusitano. E é precisamente explorando os embates acerca da questão pronominal que o escritor urde o enredo do conto “O colocador de pronomes”, pondo em confronto o narrador, que aposta no dissídio linguístico entre Brasil e Portugal, e o professor Aldrovando Cantagalo, protagonista da história, que defende a unidade linguística entre a ex-colônia e o antigo reino. Contrariando as normas gramaticais que prescrevem lugares fixos para os pronomes de acordo com a posição do verbo no período, o escritor, na irreverência que lhe é peculiar, afirma que “os pronomes arrumam-se como podem – antes ou depois, embaixo ou em cima, e muitas vezes nem entram na frase” (LOBATO, [1940] 2009: 58).

Lobato patrocina/legitima as variações pronominais observadas no português do Brasil que, no conto, são introduzidas por personagens secundárias (o escrevente, o ferreiro de cascos de cavalo, o carroceiro e o tipógrafo), ou seja, por representantes da “arraia miúda” que, segundo o escritor, brande as ferramentas da evolução linguística. Essa posição é assumida pelo narrador, uma espécie de dublê do próprio escritor que cria um protagonista, aliás, um antagonista, retratando seus adversários de crença na vida real. Onde o protagonista vê corrupção, doença, deterioração e morte do português, o narrador vê nascimento, evolução e desenvolvimento de uma outra língua, a brasilina. Nos termos mesmos do escritor, podemos acompanhar o separatista interincompreendendo/traduzindo a palavra “corromper” para sua perspectiva de significado como “evoluir”: “Assim como o português saiu do latim pela corrupção popular dessa língua, o brasileiro está saindo do português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama ‘corromper’ ao que os biólogos chamam ‘evoluir’” (Lobato, [1922b] 1981: 58).

Conclusão

É impossível ler “O colocador de pronomes” sem que pensemos no que Lobato diz sobre seus contos serem, todos eles, vinganças pessoais: “Eu sentia a necessidade de vingar-me de um sujeito qualquer e essa necessidade não cessava e eu não tinha alívio enquanto não desabafasse, pintando o freguês numa situação cômica ou trágica, que me fizesse rir” (LOBATO, 1959: 28, *apud* CAVALHEIRO, 1959). O desafeto em relação aos gramáticos normativistas começou cedo em sua vida, aos quatorze anos de idade, com uma “bomba” em uma prova oral de português quando fazia o exame para ingresso no Instituto de Ciências e Letras em São Paulo. Depois desse episódio nunca mais deixou de criticar e ridicularizar os “carranças”, designação que, no léxico lobateano,

englobava gramáticos e filólogos. Lobato comparava o que o gramático fazia com a língua ao que era feito com os cadáveres durante a necropsia ou com os animais nos matadouros, práticas que resultavam em uma dissecação linguística, a seu ver, descartável e inútil para quem tinha por ofício a escrita literária, como ele. Jurava que a obsessão gramatical faria do Brasil um país de “letrudos” e não de “escritores”.

De gramática guardo a memória dos maus meses que em menino passei decorando, sem nada entender, os esoterismos do Augusto Freire da Silva. Ficou-me da “bomba” que levei, e da papagueação, uma revolta surda contra a gramática e os gramáticos, e uma certeza: a gramática fará letrudos, não faz escritores.

[...] tentei refocar num Carlos Eduardo Pereira. Impossível. O engulho voltou-me – a imagem do Freire e da bomba. Dá-me ideia duma morgue onde carnicheiros de óculos e avental esfaqueiam, picam e repicam as frases, esburgam as palavras, submetem-nas ao fichário da cacofonia grega. A barrigada da língua é mostrada a nu, como a dos capados nos matadouros – baços, fígados, tripas, intestino grosso, pústulas, “pipocas”, tênias. Larguei o livro para nunca mais, convencido de que das gramáticas saem Silvios de Almeida, mas não Fialhos. Mil vezes (para mim) as ingramaticalidades destes do que as gramaticalidades daqueles. E entreguei-me a aprender, em vez de gramática, língua – lendo os que a têm e ouvindo os que falam expressivamente (LOBATO, [1944] 2010: 329).

Certamente, o conto “O colocador de pronomes” é fruto de uma dessas vinganças pessoais, aliás, ele mesmo confessa em carta (28/12/1917) ao amigo de mais de quarenta anos, Godofredo Rangel,

que a inspiração para a personagem central, Aldrovando Cantagalo, era meia dúzia de “gramaticantes” de São Paulo, quer dizer, de praticantes da gramática e não de pensadores da língua:

Estou com aquele conto gramatical a me morder a cabeça como um piolho. Vida, aventuras, males, doenças e morte trágica dum sujeito, tudo por causa da gramática. Nasce em consequência dum pronome fora do eixo e morre vítima de outro pronome mal colocado. Entram na personalidade de Aldrovando Cantagalo meia dúzia de gramaticantes cá de São Paulo. Coisa *pince sans rire*” (LOBATO, [1944] 2010, s/p).

Na introdução, referimo-nos ao conto como uma tragicomédia. Naquele momento ainda não tínhamos nos deparado com o trecho anterior, recortado de uma das centenas de cartas endereçadas a Rangel; não tínhamos visto Lobato se referir à morte de seu protagonista por causa da gramática como uma tragédia; não tínhamos visto o escritor se referir ao conto como “Coisa *pince sans rire*”. Buscando o significado dessa expressão francesa a que Lobato recorre para dizer do tom de seu conto, descobrimos que ela nomeia uma espécie de humor que se caracteriza por um ar sério assumido pelo autor da piada. O humor *pince-sans-rire* é um humor de segundo grau, uma vez que repousa sobre uma compreensão mútua entre o autor e o leitor. Reside em um deslocamento entre uma afirmação irônica ou de humor que, se fosse verdadeiramente séria, desafiaria as regras de bom senso e a suposta seriedade daquele que a pronunciasse. Convenhamos que nascer e morrer com o destino selado pela infração às normas de colocação pronominal não é algo razoável. A sensação que nos fica da leitura da história de Aldrovando é que ela seria trágica se não fosse cômica, mas o gênio maligno de Lobato, encarnado na figura do narrador, não lhe permite levar nada a sério. Ele nos faz rir

do colocador de pronomes, castigando-o por ele não perceber que “o dono da língua somos nós, o povo – e a gramática o que tem de fazer é, humildemente, ir registrando nosso modo de falar” (LOBATO, 1958: 48). É a rigidez de Aldrovando e dos legitimistas que o narrador penaliza com seu olhar separatista que vê a relação da língua com a gramática de modo contrário – não a língua seguindo a gramática, mas a gramática seguindo os usos da língua. *De si mesmo Lobato dizia: “O ruim, o peste, sou eu só. E sabe por quê? Porque não consigo levar a sério coisa alguma nesse indecentíssimo mundo. Academia, presidente, papa, bispos, generais: tudo bonecos, sacos de tripa com muita merda por dentro e só vaidades e bobagenzinhas por fora. [...] E ria-se, ria-se, pois só o riso nos salva.”* (LOBATO, 1944, *apud* SALIBA, 2002: 14 e 148).

Referências

ALBUQUERQUE, J. G.; COX, M. I. P. **A polêmica entre separatistas e legitimistas em torno da língua do Brasil na segunda metade do século XIX.** Revista Polifonia, Cuiabá, EdUFMT, N. 3, 1997, p. 31-51.

ALENCAR, Mário de. **O período pronominal.** In: PINTO, Edith Pimentel (org.) O Português do Brasil: textos críticos e teóricos I - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história. São Paulo: Edusp, [1919] 1978, p. 457- 468.

ANDRADE, Oswald. **Obras completas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

BAGNO, Marco. **Dramática da língua portuguesa:** tradição gramatical, mídia e exclusão social. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. **Gramática pedagógica do português brasileiro.** São Paulo: Edições Loyola, 2011.

BRANDÃO, H. H. N. **Discurso e polêmica num debate político.** *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 37, p. 129-143, 1994.

CAVALHEIRO, Edgard. **Vida e Obra de Monteiro Lobato.** Obras Completas de Monteiro Lobato (1ª. série de Literatura Geral, vol. 1) São Paulo: Ed. Brasiliense, 1959, p. 28.

GALVES, Charlotte; ABAURRE, M. B. M. **Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica.** In: CASTILHO, A. de; BASÍLIO, M. (orgs.). *Gramática do português falado*, vol IV. Campinas: EdUNICAMP, 1996.

LOBATO, Monteiro. **O dialeto caipira.** In: PINTO, Edith Pimentel (org.) *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos II - 1920-1945 - Fontes para a teoria e a história.* São Paulo: Edusp, [1922a] 1981, p. 55-58.

_____. **O dicionário brasileiro.** In: PINTO, Edith Pimentel (org.) *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos II - 1920-1945 - Fontes para a teoria e a história.* São Paulo: Edusp, [1922b] 1981, p. 58-6.

_____. **O colocador de pronomes.** In: PINTO, Edith Pimentel (org.) *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos II - 1920-1945 - Fontes para a teoria e a história.* São Paulo: Edusp, [1924] 1981, p. 51-79.

_____. **Língua brasileira.** In: PINTO, Edith Pimentel (org.) *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos II - 1920-1945 - Fontes para a teoria e a história.* São Paulo: Edusp, [1941] 1981, p. 75-78.

_____. **Emília no país da gramática.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1958.

_____. **Na antevéspera.** São Paulo: Globo, [1933] 2008.

_____. **Prefácios e entrevistas.** São Paulo: Globo, [1940] 2009.

_____. **Correspondência a Godofredo Rangel** (30 de setembro de 1915). In: *A Barca de Gleyre.* São Paulo: Globo, [1944] 2010.

_____. **Paranoia ou mistificação?** O Estado de São Paulo, 20/12/1917. Disponível <http://www.mac.usp.br/mac/templates/projetos/educativo/paranoia.html>. Acesso em 21 de julho de 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

NASCENTES, Antenor. **O idioma nacional**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, [1938] 1960.

PINTO, Edith Pimentel (Org.). **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos I - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história**. São Paulo: Edusp, 1978.

_____. **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos II - 1920-1945 - Fontes para a teoria e a história**. São Paulo: Edusp, 1981.

PERINI, Mário. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

QUEIROGA, Salomé. **Prólogo**. In: PINTO, Edith Pimentel (Org.). **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos I - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história**. São Paulo: Edusp, [1873] 1978, p. 155-172.

SAID ALI, M. **Dificuldades da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola, 2005.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.